

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1698757 - SP (2015/0234228-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADO : LUIZ ANTONIO DE AGUIAR MIRANDA E
OUTRO(S) - SP093737
AGRAVADO : IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
ADVOGADO : DÉBORA SCHALCH E OUTRO(S) - SP113514
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADOS : CEZAR AUGUSTO FERREIRA NOGUEIRA E
OUTRO(S) - SP170914
RENATA FARIAS ARAÚJO E OUTRO(S) -
SP294166A
ANDRÉ SALEH ARBS - RJ166497
JOANICE MARIA MORENO DA COSTA - RJ174037
AGRAVADO : MULTITERMINAIS ALFANDEGADOS DO BRASIL
LTDA
ADVOGADOS : MARIA AZEVEDO SALGADO - SP159349A
FREDERICO JOSE FERREIRA - RJ107016
SÉRGIO BERMUDES E OUTRO(S) - SP033031A
MÁRCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA -
SP150585A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Agravo interno interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. O agravo interno não impugnou nenhuma das razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, a falta de demonstração do dissídio interpretativo e a incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 283 e 284, ambas do STF, ao caso. Incidência da Súmula nº 182 do STJ.

3. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator